



Processo Administrativo nº 007/2022.

Requerentes: Charles De Gaules Câmara Holanda (Charlão – Competidor) e Francisco Galbi Saldanha (Galbi Saldanha – Presidente da AVASA)

Requeridos: Francisco Ozivaldo Gomes da Silva (Ozivaldo – Juiz de Pista)

Ediones Bezerra Rocha (Ediones – Comissão Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitações dos Srs. Charles De Gaules Câmara Holanda (Competidor) e Francisco Galbi Saldanha (Presidente da AVASA), através de denúncia escrita encaminhada para o Whats App e para o e-mail da ABVAQ, respectivamente, ambas na data de 04.04.2022.

Nas denúncias os requerente pleiteiam abertura de PA para apuração de possível erro no julgamento do boi do competidor/denunciante Charles De Gaules (Charlão), senha 02, durante a 1ª Etapa do Circuito Avasa, realizada no Parque João Barros, na cidade de Nisia Floresta, na data de 02/04/2022.

Diante das denúncias recebidas, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, que solicitasse às imagens da referida apresentação e em seguida providenciasse parecer técnico acerca dos julgamentos questionados, de acordo com as normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Na data de 13.04.2022, a Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ emitiu parecer técnico no sentido de os julgamentos, tanto pelo juiz de pista, quanto pela comissão alternativa, foram equivocados, *“já que ambos deram zero (0) no boi que deveria ser retorno, tendo em vista que o boi caiu, antes da primeira faixa de pontuação, na tentativa do competidor puxador em retorná-lo usando o protetor de cauda como apoio.”*



Com o intuito de garantir o contraditório e a ampla defesa, fora determinada a citação/intimação dos requeridos para apresentarem defesa no prazo de 10 dias.

Ambos os requerido, de forma tempestiva, apresentaram suas defesas.

O primeiro requerido, Sr. Francisco Ozivaldo Gomes da Silva, em sua defesa alegou o seu julgamento se deu por entender que o cavalo do competidor varou o boi antes do previsto e que o vaqueiro, na sua visão, forçou a queda do boi, razão pela qual julgou o boi da maneira que ficou. Destacando, ainda, que, na sua visão, *"não houve em nenhum momento, pelo senhor Charles, a intensão de retornar o boi"* e que, na sua interpretação, o boi não riscou, apesar de ter diminuído a velocidade, e o competidor não soltou o protetor do boi, além de que o cavalo de esteira ter tomado a frente do boi.

Ainda em sua defesa, o Sr. Ozivaldo, alega que o competidor Charles, após os julgamentos do boi, agiu em atitude antidesportiva, *"chegando a efetuar ações agressivas com socos na mesa e jogando bebida no equipamento de trabalho do juiz da alternativa e usar palavras de baixo calão direcionadas (ao requerido), Ozivaldo, quanto ao juiz da alternativa, senhor Ediones, e aos demais profissionais realizadores do evento."*

Já o requerido Ediones Bezerra Rocha (Ediones), em sua defesa, repetiu praticamente os mesmos argumentos apresentados pelo primeiro requerido, acrescentando, apenas que *"além dos pontos por mim anteriormente citados, também foi avaliado o item 7. alínea a) do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ para confirmação de zero na carreira do competidor."*

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

A presente lide versa sobre a interpretação que foi dada no julgamento do boi: se este riscou ou apenas diminuiu a velocidade; se o competidor teve a intensão de retornar o boi ou se forçou sua queda.

O MJB e o RGV, trazem, em alguns dos seus dispositivos, regras que se aplicam ao presente caso.

O MJB, em seu art. 5º, alínea "b", estabelece:

"Art. 5º. (...)

b) Na tentativa de retornar o boi, até a primeira faixa de pontuação, usando o protetor de cauda como apoio, faz-se necessário observar que:

b.1. Caso o boi caís na tentativa do vaqueiro em retorná-lo, o boi será retorno.



b.2. Em caso em que o vaqueiro (puxador ou esteireiro) para retornar o boi pegue no pescoço do cavalo, será considerado boi puxado e automaticamente julgado zero."

No art. 8º, alínea "a" (e não art. 7º como aduz o segundo requerido), o MJB assim prevê:

"Art. 8º. Se o boi cair sozinho (sem se puxado), durante a corrida, desde a saída do brete até a primeira faixa de pontuação, a dupla terá direito ao retorno.

a) Os casos em que o cavalo parte antes do previsto (varar o boi) e o vaqueiro forçar a queda do boi, este será julgado da maneira que ficar."

Já o Regulamento Geral de Vaquejada, em seu art. 16, assim dispõe:

"Art. 16 – Se, durante a corrida, houver queda involuntária do boi até a primeira faixa de pontuação, a dupla terá direito a retorno."

Observando as imagens, verifica-se que a corrida vinha normal até o momento em que boi riscou bruscamente, levando, por consequência, os cavalos (de puxar e de esteira) a se projetarem à frente do boi. Dessa forma, não há que se falar em tomada de sua frente (pelo cavalo de esteira), nem tampouco o cavalo de puxar ter varado o boi.

Ultrapassando esse ponto, passa-se analisar se o vaqueiro puxador, forçou ou não a queda do boi.

Nesse ponto, também parece claro que em momento algum o puxador teve a intenção de forçar a queda do boi, até porque, pelas imagens, não há qualquer evidência ou demonstração de atitude do competidor em derrubar o boi.

A alegação dos requeridos de que o vaqueiro não soltou o protetor, não é suficiente para justificar a sua tentativa em forçar a queda do boi, até porque, pelo citado art. 5º do MJB, o vaqueiro pode utilizar o apoio do protetor de cauda na tentativa de retornar o boi, e caso este caia, sem a intenção de derrubá-lo, será retorno.

Assim, entendemos que o julgamento pelo juiz de pista e sua ratificação pelo juiz da alternativa, **estão em desacordo com as normas previstas no RGV e no MJB da Abvaq.**

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que os profissionais denunciados, demonstraram conhecimento das normas previstas nos citados dispositivos, apesar de interpretá-las, no presente caso, de forma equivocada. Destaca-se, ainda, que o segundo requerido, ao apresentar sua defesa, fez menção ao art. 7º, alínea "a" do MJB, quando o correto é o art. 8º, alínea "a", face a publicação do MJB de 2021, com aplicação a partir de 2022.



No que pese a alegação de que o requerido Charles De Gaules Câmara Holanda (Charlão), após os julgamentos agiu em atitude antidesportiva, deixa-se de analisar no presente feito, já que não foi objeto de denúncia. Contudo, é importante registrar que a atitude do referido competidor está sendo apurada através do PA 008/2022.

Diante do exposto, entende esta Comissão, por unanimidade, que **o julgamento feito pelo juiz de pista e sua ratificação pela comissão alternativa foram incorretos e em desacordo com o Regulamento Geral da ABVAQ e o Manual de Julgamento de Boi**. Contudo, para fixação da penalidade a ser aplicada *in casu*, há de se observar, além da demonstração do conhecimento do RGV e do MJB, a **primariedade** dos requeridos, uma vez que não existe condenação anterior em Processo Administrativo junto à ABVAQ, razão pela qual aplica-se **aos requeridos Francisco Ozivaldo Gomes da Silva (Ozivaldo) e Ediones Bezzerra Rocha (Ediones), com fulcro no art. 36, item 1, do RGV, a pena de advertência**.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, os autos devem voltar a esta Comissão para o devido prosseguimento.

Após decisão do Presidente da ABVAQ, intimem-se as partes, encaminhando cópia deste decisão, bem como providenciem sua regular publicação no site da associação.

Transcorrido o prazo sem apresentação de recurso, archive-se!

João Pessoa/PB., 31 de maio de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão



À Comissão do Processo Administrativo 007/2022

Após análise da decisão de mérito, a mim encaminhada por esta Comissão de Processo Administrativo, nos autos do PA 007/2022, valido a mesma, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral da ABVAQ. Devendo, assim, o presente processo voltar à Comissão de Processo Administrativo para que sejam tomadas as medidas cabíveis, especialmente publicação da decisão e notificação das partes requerentes e requeridas, tudo para que seja cumprida a decisão ora validada.

João Pessoa/PB., 01 de junho de 2022.

Presidente da ABVAQ